

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Os “Acordos de Washington” de 1942 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce: apontamentos para uma história transnacional do desenvolvimento brasileiro

The “Washington Agreements” of 1942 and the creation of the Companhia Vale do Rio Doce: notes towards a transnational history of brazilian development

Maria Letícia Corrêa*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em: 18 jan. 2022.

Aprovado em: 31 mai. 2022.



O artigo consolida resultados de pesquisa apoiada pela CAPES e pelo programa PROCIÊNCIA, da UERJ. A autora agradece aos pareceristas anônimos da *Revista Maracanan* pela revisão e por suas sugestões.

* Professora Associada de História do Brasil na Faculdade de Formação de Professores e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora associada do INCT Proprietas. (maria.correa@uerj.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-4448-7661>

 <http://lattes.cnpq.br/5347460829345370>

Resumo

Nesse artigo busca-se analisar os entendimentos envolvidos na criação da Companhia Vale do Rio Doce a partir de duas dinâmicas principais: por um lado, a autorização de funcionamento à companhia estrangeira *Itabira Iron Ore Company Ltd.*, proprietária das jazidas no município mineiro de mesmo nome; e, por outro, a iniciativa da criação da companhia estatal de economia mista, favorecida pelas condições existentes no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para tal objetivo, aborda-se a implementação dos chamados "acordos de Washington", de 1942, nos aspectos dizendo respeito à organização da Companhia Vale do Rio Doce, que contaram, desde as primeiras gestões junto ao governo dos Estados Unidos, com a participação de representantes do empresariado e do governo de Minas Gerais. A investigação baseia-se em artigos e reportagens da revista *O Observador Econômico e Financeiro* sobre o problema da exploração do minério de ferro e da siderurgia em Minas Gerais, editados no período do Estado Novo.

Palavras-chave: Acordos de Washington (1942). Companhia Vale do Rio Doce. Mineração de ferro. Segunda Guerra Mundial

Abstract

In this article, I seek to analyze the negotiations involved in the creation of Companhia Vale do Rio Doce from two main economic and political dynamics: on the one hand, the concession to the foreign company *Itabira Iron Ore Company Ltd.*, owner of deposits in the Minas Gerais municipality of the same name, for operation in Brazil; and, on the other hand, the initiative to create the state company, under the conditions existing in the context of the World War II. To this end, we examine the agreements signed in Washington in 1942, in the aspects concerning the organization of Companhia Vale do Rio Doce, which had, since the first negotiations with the US government, the participation of representatives of the business community and the government of Minas Gerais. The research is based on articles and reports from the magazine *O Observador Econômico e Financeiro* on the problem of iron ore exploration and steelmaking in Minas Gerais, published between 1936 and 1945.

Keywords: Agreements of Washington (1942). Companhia Vale do Rio Doce. Mining. World War II.

A iniciativa de organização da *Companhia Vale do Rio Doce* por Getúlio Vargas, em junho de 1942, constituiu o ponto final de um longo processo de disputas e negociações que se arrastava desde a primeira década do século XX em torno da exploração de importantes jazidas de minério de ferro localizadas em Itabira, no “quadrilátero ferrífero” de Minas Gerais, que haviam sido adquiridas em 1909 pela companhia inglesa *Brazilian Hematite Syndicate*, depois *Itabira Iron Ore Company Ltd.*¹ No plano internacional, a decisão de criar a empresa teve por objetivo promover o fornecimento de minério de ferro aos Estados Unidos e à Inglaterra, no contexto do alinhamento brasileiro à liderança continental norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Essa pauta foi objeto dos acordos firmados entre os três países em Washington, em março de 1942, abarcando diversas providências relativas à produção de matérias primas para o esforço bélico.

Nesse artigo busco analisar os entendimentos envolvidos na criação da *Companhia Vale do Rio Doce* a partir de duas dinâmicas principais, revisitando, para tal objetivo, a cronologia das decisões que levaram a esse desfecho. Duas alternativas então se apresentavam para o problema – por um lado, a autorização de funcionamento à companhia estrangeira, proprietária das jazidas, e, por outro, a iniciativa de criação da companhia estatal de economia mista, que terminou por prevalecer, favorecida pelas condições existentes no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Trato, desse modo, dos entendimentos relativos à implementação dos “Acordos de Washington” de 1942 nos aspectos dizendo respeito à organização da *Companhia Vale do Rio Doce*, que contaram, desde as primeiras gestões junto aos órgãos de administração dos Estados Unidos, com a participação do governo de Minas Gerais, representado pelo engenheiro Israel Pinheiro, primeiro presidente da nova companhia.

O debate sobre as alternativas para a mineração de ferro no Brasil, associado aos projetos para instalação da grande siderurgia, foi objeto de estudos importantes (WIRTH, 1973; MARTINS, 1976; FONSECA, 1989), tendo sido considerado etapa essencial à formulação das políticas nacionais de desenvolvimento. Gustavo Barros (2011) e Gail D. Triner (2016) ressaltaram a dinâmica política e institucional interna, sobretudo face aos interesses existentes em Minas Gerais nessas atividades, que terminaram por dificultar a implantação do projeto da *Itabira Iron Ore Company*. Seguindo a direção apontada por esses dois últimos autores, busco tratar do processo de elaboração de políticas de modernização no país, tendo o controle dos

¹ A *Companhia Vale do Rio Doce* foi criada pelo Decreto-Lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942, sendo constituída em 11 de janeiro de 1943. Como sociedade de economia mista tendo por principal acionista o governo federal, incorporou, no ato de constituição, duas empresas brasileiras com participação de sócios estrangeiros, a *Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A.*, proprietária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e a *Companhia Itabira de Mineração S.A.*. Foi privatizada em 7 de maio de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (PAULA & LATTMAN-WELTMAN, 2010).

recursos minerais como pano de fundo, e das tentativas de acomodação entre poderes públicos, nos níveis federal e estaduais, e empresas nacionais e estrangeiras que detinham, então, a propriedade de jazidas e empreendimentos de exploração mineral.

A aproximação ao contexto específico da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial nos permite tratar do problema da intencionalidade do projeto de desenvolvimento varguista (cf. FONSECA, 2003), o qual teria se expressado, entre outros exemplos, no período do Estado Novo, na criação da Companhia Siderúrgica Nacional e na da própria Companhia Vale do Rio Doce. Indica-se, desse modo, por um lado, a necessária submissão desse projeto a uma dinâmica envolvendo as ações e as decisões de agentes intermediários nas negociações entre o governo brasileiro, empresas e instituições dos Estados Unidos e, ainda, um quadro de interesses enraizados em um plano local/regional.

A pesquisa propõe indagações que, tendo em vista transcender fronteiras "nacionais", enfocam a presença de instituições e pessoas – como os empresários, engenheiros e políticos implicados na formulação da política para a exploração do minério de ferro – em empreendimentos econômicos, disputas e negociações levadas a efeito em diferentes países. A ênfase em tais processos e eventos – sem desconhecer a centralidade da esfera propriamente "nacional" na economia, na política e na cultura – nos parece uma alternativa profícua para "conectar esse amplo processo de modernização a redes relacionais bem mais específicas", permitindo abordar as relações de poder "que ocorrem na escala das relações institucionais e interpessoais voltadas para a produção de modernidades como as que se desdobraram em algumas regiões brasileiras" (LOWANDE, 2018, p. 243). Propõe-se, nesse enquadramento, considerar as regiões do "quadrilátero ferrífero" e o Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, como "zonas de contato" (WEINSTEIN, 2013, p. 17), ou seja, como pontos "onde os 'encontros' internacionais mais intensos transparecem" e espaços que tendem a ser "transnacionais".²

Desse modo, a abordagem vincula-se a uma das vertentes da história transnacional identificadas por Barbara Weinstein a qual, ao tratar de temas já estabelecidos no estudo das formações econômicas – como o papel do capital estrangeiro e o surgimento de um mercado global – modifica a percepção dos mesmos, mostrando "que as divisões entre 'nacional' e 'estrangeiro' não são sempre tão claras e bem definidas como imaginamos" (*Ibidem*, p. 22).

Para a configuração do panorama da indústria mineira no período e o estudo dos "acordos de Washington", em vista de tais objetivos, recorro a um conjunto de artigos e reportagens da revista *O Observador Econômico e Financeiro* sobre o problema da exploração do minério de ferro e da siderurgia em Minas Gerais.³ Em 1942, o empresário paulista Valentim Fernandes

² Segundo Weinstein (2013, p. 17), a noção de "zona de contato" pode corresponder a um "lugar físico", mas também inclui 'comunidades' de discurso e conhecimento e o reino do consumismo".

³ A revista mensal *O Observador Econômico e Financeiro*, fundada em fevereiro de 1936 no Rio de Janeiro por Valentim Bouças, pode ser considerada pioneira em seu formato no Brasil, como periódico especializado em assuntos econômicos, dirigido a autoridades governamentais e empresários. Contou em seus quadros com jornalistas de renome, como Olímpio Guilherme e Omer Monte Alegre, e com um importante e diversificado corpo de colaboradores, entre políticos e intelectuais, no período do Estado Novo. *O Observador Econômico e Financeiro* foi editado até 1962 (CORRÊA, 2016, pp. 121-124).

Bouças,⁴ proprietário e editor dessa revista, foi nomeado diretor executivo da Comissão Executiva dos "acordos de Washington", vindo a acompanhar os entendimentos com representantes norte-americanos que levaram à criação da Companhia Vale do Rio Doce e à definição da política para o setor de mineração de ferro no Brasil.

"O nosso *iron rush* parecia chegado": siderurgia e mineração de ferro em Minas Gerais

A ocorrência de grandes depósitos de minério de ferro em Minas Gerais era conhecida desde, pelo menos, 1881, quando se tornaram conhecidos os estudos do mineralogista francês Claude-Henri Gorceix, fundador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, cujos resultados alcançaram uma limitada divulgação internacional até o início do século XX (BARROS, 2011, p. 56). Na região centro-sul de Minas Gerais denominada "quadrilátero ferrífero", incluindo os atuais municípios de Sabará, Caeté, Santa Bárbara, Mariana, Congonhas do Campo, Ouro Preto, João Monlevade, Rio Piracicaba e Itabira, entre outros, que abrigava as principais jazidas identificadas à época, instalara-se uma pioneira manufatura de minério de ferro, com aproveitamento da matéria prima local, podendo ser mencionadas iniciativas como a Usina Queiroz Junior, construída em 1891 no distrito de Esperança, em Itabira, e a Usina Wigg, em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, de 1893.

Desde o período colonial, evidentemente, já se fazia o aproveitamento do minério de ferro em forjas e pequenas instalações manufadoras, constituindo-se esta como uma atividade subsidiária da mineração de ouro e diamantes. O que se notou na passagem do século XX foi a retomada dessa atividade, em nova escala, agora impulsionada pelo avanço das pesquisas, com a divulgação de jazidas antes desconhecidas, pela expansão das ferrovias, pela atuação de firmas estrangeiras e pela aquisição ou desenvolvimento de novas tecnologias (BARROS, 2013, p. 11-12; O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, out. 1943, p. 55-62). Em 1907 foi organizado o *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e, a partir de 1909, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinha por atribuições promover estudos sobre estrutura geológica e mineralógica do país, organizar as estatísticas da produção mineral e metalúrgica e fornecer informações técnicas sobre questões atinentes à propriedade de terras e minas, auxiliando os interessados em investir nesse setor.⁵

⁴ Contador, economista de formação autodidata e empresário, Valentim Bouças era natural de Santos, São Paulo, onde trabalhara na *Companhia Docas de Santos*. Atuou como representante comercial de firmas estrangeiras no Brasil, tendo destaque sua iniciativa de criação da *Companhia de Serviços Hollerith Ltda.*, que detinha a representação nacional da *Computing Tabulating Recording Company*, depois denominada *International Business Machines Corporation* (IBM) (CORRÊA, 2017).

⁵ Até o final do período monárquico o Estado detinha o domínio sobre as riquezas do subsolo, assegurando-se a separação entre a propriedade territorial e a propriedade de jazidas minerais, cuja exploração deveria realizar-se no regime de concessão. A Constituição republicana de 1891 modificou esse estatuto, estabelecendo o regime de acessão para a exploração industrial dos recursos minerais, vinculando a propriedade do subsolo à propriedade da superfície (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 149; CORRÊA, 2018, 58-60).

O primeiro diretor do Serviço foi o geólogo nascido nos Estados Unidos e naturalizado brasileiro Orville Derby que, ao lado de engenheiros, geólogos e demais estudiosos brasileiros e estrangeiros, vinha tendo atuação destacada nessa área desde a constituição da Comissão Geológica do Império, em 1874, dois anos antes da criação da Escola de Minas de Ouro Preto.

Indicando o interesse crescente pelo conhecimento das jazidas de ferro de Minas Gerais (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992; BARROS, 2011; TRINER, 2016), teve destaque o Congresso Internacional de Geologia de Estocolmo, em 1910, no qual foi apresentada a memória intitulada *The Iron Ores of Brazil* (DERBY, 2010 [1910], p. 473-479), encaminhada por Orville Derby e elaborada a partir de trabalho do engenheiro Luiz Gonzaga de Campos, formado pela Escola de Minas de Ouro Preto. Contendo um panorama detalhado das pesquisas exploratórias realizadas em Itabira, a memória indicava a ocorrência, na região, de depósitos de hematita compacta com teor de ferro de 67% (sendo a maior pureza conhecida de 70%), somando 374 milhões de toneladas e estimando-se o total aproveitável nessas jazidas em 2,5 bilhões de toneladas, a depender do melhoramento das condições técnicas existentes. De acordo com as avaliações contemporâneas, o Brasil detinha 23% das reservas mundiais de minério de ferro, estimativa que seria revista em estudos subsequentes (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 154; MARSON & BELANGA, 2006, p. 7; DORNAS FILHO, 1945, p. 52).

No início dos anos de 1910, a divulgação desses resultados atraiu o interesse de empresários e investidores nacionais e estrangeiros na aquisição, por compra, das jazidas de minério de ferro identificadas em Minas Gerais, o que era facultado com o regime de acessão, definido na Constituição de 1891. Conforme notado por Triner, dispendo os estados do domínio sobre as terras devolutas e mantendo-se a indistinção da propriedade do solo e do subsolo, a legislação ordinária estadual passava a governar o acesso às riquezas minerais, por meio da concessão de garantias e isenções aos proprietários e empresas, individualmente (TRINER, 2016, p. 58-60).

Em 1909 – previamente, portanto, à realização do Congresso de Geologia de Estocolmo –, formou-se em Londres o *Brazilian Hematite Syndicate*, que deu origem, dois anos depois, à *Itabira Iron Ore Company Ltd*. Essa empresa adquiriu uma área de 7,2 mil hectares em Itabira, correspondendo às jazidas de Conceição e Esmeril (BARROS, 2011, p. 53), assumindo, também, o controle acionário da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que ligava a região centro-leste de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo, cortando o Vale do Rio Doce.⁶ Criada por investidores brasileiros em 1902, a ferrovia era controlada pelo engenheiro e empresário mineiro João Teixeira Soares. Não fora projetada, no entanto, para o transporte do minério de ferro, o que indicava a necessidade de reformas, incluindo a correção e a extensão do traçado da ferrovia até Itabira e a substituição do material rodante em operação, tendo em vista a adequação ao

⁶ O *Brazilian Hematite Syndicate* foi organizado por Percy Murly Gotto, empresário ligado à companhia *The Rio de Janeiro City Improvements*. Em dezembro de 1909, a Estrada de Ferro Vitória a Minas obteve concessão para exportar 3 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, mediante a contrapartida da construção de uma usina siderúrgica com capacidade de produção de 1.000 toneladas por mês, compromisso depois transferido à *Itabira Iron Ore Company* (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 155-156; GAULD, 2006, p. 456-458).

transporte de minério em trens pesados. Em 1918, os ativos da *Itabira Iron* foram transferidos para o grupo formado por *British Ironmasters Dorman, Long & Co. Ltd.*, *Lloyds Bank* e o investidor escocês Lorde Inverforth, que, no ano seguinte, passaram a ser representados no Brasil pelo empresário norte-americano Percival Farquhar (GAULD, 2006, p. 358-359, p. 370-372).⁷

Por processos semelhantes ao da *Itabira Iron*, surgiram outras firmas voltadas à exploração das jazidas situadas em Minas Gerais, como a *Brazilian Iron and Steel* e o *Minas Gerais Iron Syndicate* (dos Estados Unidos); a *Deutsche Luxemburgisch Bewaerk in Hutten Aktiengesellschaft* (alemã-luxemburguesa); e as francesas *Société Civile de Mines de Fer de Jangada*, *Société Franc-Brésilienne* e a *Bernard Goudchaux & Comp.*. A *São João del Rey Gold Mining Co.*, que operava na mineração do ouro desde a década de 1830, comprou por essa época terrenos com depósitos de ferro e manganês, também com o objetivo de investir na indústria siderúrgica, estendendo suas propriedades desde Itabira do Campo até a serra do Curral, próximo a Belo Horizonte (BARROS, 2011, p. 53; COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 154-155; DORNAS FILHO, 1945, p. 52; O BRASIL, 1945, p. 36). Por fim, assinale-se a atuação de empresários brasileiros como Carlos da Costa Wigg e Trajano de Medeiros, concessionários de um contrato federal obtido em fevereiro de 1911 e proprietários de jazidas de ferro na região ao sul de Belo Horizonte.

O regime de acessão que regulava a propriedade das minas desde 1891 facilitava a aquisição dos terrenos, negociados por valores baixos por serem considerados de pouca utilidade para a agricultura, ainda que viessem acompanhados pelas maiores reservas de minério de ferro do país (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 154-155). Na primeira metade da década de 1910, na parte central de Minas Gerais e junto à bacia do Rio Doce, praticamente todas as jazidas de minério de ferro identificadas haviam sido compradas por investidores estrangeiros e brasileiros (TRINER, 2016, p. 62-63). Como registraram mais tarde os redatores de *O Observador Econômico e Financeiro*, o "nosso *Iron Rush* parecia chegado":⁸

Uma caravana de ingleses, franceses, americanos e alemães correu apressadamente para o Estado de Minas Gerais, e, às vezes mesmo sem estudar muito a cubagem das jazidas, que se elevavam acima do solo, como pedreiras, foram assinando escrituras de compra de ricos tratos de terras e entrando mansamente na posse de nossos maiores depósitos de ferro, cuja exploração o Estado mediterrâneo sem dúvida facilitaria, mais tarde, concedendo a qualquer empresa os mesmos favores e regalias que de mão beijada dera (...) à *Brazilian Iron and Steel Company*, sociedade anônima norte-americana, que ficou autorizada a construir uma linha férrea industrial, com privilegio de meio século,

⁷ O engenheiro Percival Farquhar (1864-1953) era natural de York, na Pensilvânia, e teve importante atuação como empresário nos setores de ferrovias, serviços públicos e mineração. Em 1904, juntamente com o norte-americano Frederick Stark Pearson, também engenheiro, e o advogado canadense Alexander Mackenzie, participou da fundação da *Rio de Janeiro, Tramway, Light & Power Company Limited*, companhia que comprou diversas concessões de serviços públicos no então Distrito Federal. Entre outros empreendimentos no Brasil, Farquhar incorporou as ferrovias *Brazil Railway Company*, *Madeira-Mamoré Railway Company* e *Port of Pará*. A partir dos anos 1910, sua trajetória tornou-se indissociável da história da *Itabira Iron Ore Company*, sendo uma de suas últimas iniciativas como empresário a formação da *Companhia Aços Especiais Itabira* (Acesita), em 1944, com sócios brasileiros (GAULD, 2006).

⁸ "Corrida do ferro", em tradução livre.

sobre uma zona de 15 quilômetros para cada lado da linha, entre Santa Rita Durão e São José da Lagoa, ferrovia que não reverterá nunca para o patrimônio do Estado porque não gozava de garantia de juros. O que se verificou, então, foi uma verdadeira caçada; de 1910 a 1915 a quase totalidade dos depósitos conhecidos passaram das mãos de nacionais para as de estrangeiros, fato contra o qual se levantou o protesto indignado do prof. Clodomiro de Oliveira, da Escola de Minas de Ouro Preto, contrário à exportação do valioso minério (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, jun. 1937, p. 41)

Assinado pelo ministro da Viação, José Pires do Rio, em 1920, como representante do governo, e por Cecil Murley e o mineiro João Teixeira Soares, pela empresa, o contrato da *Itabira Iron* tinha por objeto a operação da mina, a exportação do minério de ferro e a construção de uma fábrica de aço e laminação no Vale do Rio Doce e do porto de minério em Santa Cruz, no Espírito Santo. Teria prazo de reversão de noventa anos, sendo possível a encampação da companhia em quarenta e cinco anos.⁹

Em todo o período que se seguiu à divulgação do "contrato", a *Itabira Iron* enfrentou resistência por parte do governador mineiro Arthur Bernardes (1919-1922), depois presidente da República (1922-1926), de seu sucessor no executivo estadual, Raul Soares (1922-1924), e ainda por parte de técnicos como Clodomiro de Oliveira, professor da Escola de Minas de Ouro Preto, que servira como secretário de agricultura do primeiro (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 156, nota 76). No governo de Minas, Bernardes condicionou a exploração do ferro de Itabira à construção de uma siderúrgica com capacidade de 150 mil toneladas.¹⁰ Em seu período na presidência da República, realizou-se a reforma constitucional que, entre outras medidas, proibiu a transferência a estrangeiros das minas e jazidas consideradas necessárias à segurança e à defesa do país (artigo 72, parágrafo 17 da Constituição de 1891).¹¹ Clodomiro Oliveira elaborou o esboço para um plano siderúrgico nacional, também na presidência de Bernardes, o qual previa a concessão de empréstimos da União a empresas nacionais que se organizassem para instalar usinas, determinando a construção de duas dessas instalações em Minas Gerais e uma em Santa Catarina.¹²

A preocupação de Bernardes com promover a indústria siderúrgica em Minas Gerais, destinada ao atendimento do mercado nacional, denotava, segundo Gustavo Barros, "um verdadeiro projeto de estado, um esteio fundamental, econômico e político, no qual a própria existência do Estado deveria se apoiar e se alavancar" (BARROS, 2011, p. 115). A confirmação da autorização para o funcionamento da *Itabira Iron* pelo estado de Minas Gerais, providência exigida para o funcionamento da empresa, seria protelada até o ano de 1927.

Para além da adoção de uma retórica nacionalista, mobilizada por Bernardes e pelos demais opositores do contrato da *Itabira Iron*, pode-se apontar um conjunto diversificado de

⁹ Autorização dada pelo Decreto n.º 14.160, de 11 de maio de 1920 (COMPANHIA, 1992, p. 155-156).

¹⁰ Lei estadual n.º 793, de 21 de setembro de 1920.

¹¹ O regime de propriedade de minas e jazidas definido na Constituição de 1891 fora modificado pelo Decreto n.º 2.933, de 6 de janeiro de 1915 (conhecido como "Lei Calógeras"), que passou a considerar a mina como propriedade imóvel, acessória do solo, mas dele distinta, e depois pelo decreto n.º 4.265, de 15 de janeiro de 1921 ("Lei Simões Lopes"), que regulou a propriedade e a exploração das minas no Brasil.

¹² Aprovado pelo Decreto federal n.º 4.801, de 9 de janeiro de 1924.

interesses imbricados na resistência à empresa estrangeira, o qual configurou um quadro de dificuldades que, de fato, só começou a ser superado em agosto de 1939, com a declaração de caducidade do "contrato Itabira",¹³ a que se seguiram, em 1942, as negociações que levaram à incorporação das jazidas pelo governo brasileiro e à constituição da Companhia Vale do Rio Doce.

Em primeiro lugar, uma eventual efetivação do projeto da *Itabira Iron* poderia vir a afetar os interesses dos demais proprietários de depósitos de minério de ferro, estrangeiros e nacionais, que igualmente pretendiam atuar na atividade de exportação e temiam que o controle da Estrada de Ferro Vitória a Minas pelo grupo da *Itabira Iron* representasse, na prática, "o monopólio da única via de escoamento do produto para o litoral" (MARSON e BELANGA, 2006, p. 7). As empresas mineiras sofreriam não apenas a concorrência da siderúrgica a ser instalada pela *Itabira*, mas também as consequências do melhoramento do sistema de transportes, que possibilitaria o incremento da entrada de produtos estrangeiros, usufruindo da ferrovia reformada (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, mar. 1938, p. 80-82). Do mesmo modo, receava-se que os negócios da *Itabira* viessem a competir com os fornecedores locais de máquinas e ferragens, cujos custos de produção eram mais altos do que o do produto estrangeiro, que contava com tarifas favoráveis. Modificavam-se, assim, com o advento da grande empresa, as condições que regulavam o funcionamento, em Minas Gerais, de uma manufatura de ferro em bases artesanais, formada por instalações de pequeno e médio porte. Por fim, fora do estado, as operações da *Itabira* contrariavam os interesses do setor carbonífero catarinense e gaúcho, por incluírem a previsão de importação do coque metalúrgico destinado à nova siderúrgica, incluída no mesmo contrato.

Por essa época, formara-se em Minas Gerais um expressivo parque siderúrgico à base de carvão vegetal (DINIZ, 2002, p. 83), constituído das instalações existentes na região do quadrilátero ferrífero e no Vale do Rio Doce, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, fundada em 1921.¹⁴ A transformação da zona do Vale do Rio Doce em fornecedora do combustível vegetal para a siderurgia, após o esgotamento das antigas zonas de matas no Norte e no Nordeste do território mineiro, promovera o deslocamento de uma vasta área ocupada por carvoarias, em terrenos e matas adquiridos pelas empresas com essa finalidade (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, mar. 1938, p. 76-78; ESPINDOLA *et al.*, 2010, p. 23-25).

¹³ No Direito Administrativo, "caducidade" ou "decaimento" é a modalidade de extinção de um ato administrativo ocorrida em razão de uma mudança normativa que afetou sua existência ou a compatibilidade do mesmo ato com o ordenamento jurídico vigente. Desse modo, ocorre a caducidade por ter sobrevindo uma "norma jurídica que tornou inadmissível a situação dantes permitida pelo Direito e outorgada pelo ato precedente" (MELLO, 2013, p. 455).

¹⁴ Segundo Clélio Campolina Diniz, a produção de ferro gusa em Minas Gerais era estimada em menos de 2 mil toneladas em 1920, elevando-se para 31 mil toneladas em 1925 e para 159 mil toneladas em 1940. A produção de aço, que não existia em 1920, atingiu 26 mil toneladas em 1932 e 85 mil toneladas em 1940 (DINIZ, 2002, p. 83).

A Belgo Mineira foi organizada a partir da firma antecessora, a Companhia Siderúrgica Mineira, de Amaro Lanari,¹⁵ Cristiano Teixeira Guimarães e Gil Guatimosin,¹⁶ ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto, reunindo instalações produtoras no município de Sabará. Esta companhia se ligou à belga *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED) para originar a nova empresa, que formou o maior complexo siderúrgico a carvão vegetal da América Latina. No final da década de 1920, a Belgo Mineira possuía dois altos fornos para a fabricação de ferro gusa, dois fornos de aço e um laminador.¹⁷ Outras unidades industriais de destaque eram a Usina Siderúrgica de *Gagé Ltda.*, no município de Conselheiro Lafaiete, também de 1921, a Metalúrgica Santo Antônio, fundada por Américo Renné Gianetti em 1922,¹⁸ a usina Gorceix, em Caeté, de propriedade de Euvaldo Lodi e José da Silva Brandão,¹⁹ depois denominada Companhia de Ferro Brasileiro, e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, proprietária da usina de Morro Grande, em Santa Bárbara.²⁰

O contrato da Itabira foi confirmado pelo governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), em 1927, que justificou a medida com o argumento de que o problema da siderurgia deveria ter um tratamento “mais nacional do que regional” (MARSON & BELANGA, 2006, p. 5), devendo os interesses particulares – isto é, dos setores que se sentiam ameaçados pela presença da companhia estrangeira – ceder aos mais “gerais”. De todo modo, haviam sido promovidas mudanças importantes nas condições anteriormente previstas, incluindo-se a obrigação de que a Estrada de Ferro Vitória a Minas transportasse minério de terceiros em igualdade de tarifas e condições com a proprietária,²¹ com o que se afastava a possibilidade da formação de um monopólio do acesso à região do Vale do Rio Doce e da zona metalúrgica de Minas pela companhia estrangeira.

Esses condicionantes, no entanto, como é sabido, não chegaram a ser cumpridos porque a *Itabira Iron* se viu impossibilitada de levantar os recursos financeiros necessários à modernização de suas instalações no contexto da crise econômica e da depressão, ao longo dos

¹⁵ Nascido na Argentina, filho de imigrantes italianos, Amaro Lanari teve atuação destacada como industrial e fazendeiro em Minas Gerais (FUNDAÇÃO GORCEIX, s/d.).

¹⁶ Cristiano Guimarães tinha investimentos no setor de indústria têxtil (EAKIN, 2001, p. 77-78).

¹⁷ O alto forno da *Companhia Belgo Mineira* em Sabará foi inaugurado em 1921 e tinha capacidade de produção de dez toneladas de ferro gusa por dia. Em 1930, a Companhia tinha capacidade produtiva superior a 30.000 toneladas/ano de lingotes de aço (BARROS, 2013, p. 15).

¹⁸ Engenheiro e industrial, Américo Renné Gianetti foi secretário de agricultura de Minas Gerais no governo de Milton Campos (1947-1951) e prefeito de Belo Horizonte (1951-1955) (CARVALHO, 2010, p. 100-101).

¹⁹ Euvaldo Lodi foi engenheiro e importante liderança industrial, tendo presidido a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a Confederação Nacional da Indústria. Integrou o conselho consultivo da Comissão de Mobilização Econômica, criada durante a Segunda Guerra Mundial (DIAS, 2010).

²⁰ Essas instalações voltavam-se à fabricação de ferro gusa e peças fundidas utilizadas na indústria e nos trabalhos agrícolas, como arados e engenhos, entre outros produtos. Forneciam ao mercado nacional e a países da América Latina.

²¹ Decreto estadual n.º 8.045, de 6 de dezembro de 1928 (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 34).

anos de 1930, que dificultou o lançamento de subscrições nos mercados europeu e norte-americano.²²

Tendo em conta as dificuldades enfrentadas na negociação do contrato e para a efetiva operação da empresa, não ocorreu um avanço considerável da exportação de minério de ferro da região de atuação da *Itabira Iron*, embora tampouco tenha sido afetado negativamente o setor industrial do estado, em termos quantitativos.

Na segunda metade da década de 1930, com a redução dos impactos da crise econômica, registrou-se uma nova fase de expansão da indústria siderúrgica mineira, com a ampliação da Companhia de Ferro Brasileiro, a instalação da Companhia Industrial de Ferro S.A., em Belo Horizonte, e a inauguração da usina da Belgo Mineira em Monlevade, no município de Rio Piracicaba.²³ A indústria de Minas Gerais apresentou taxa de crescimento real de 7,5%, acima da média paulista de 7% entre 1919 e 1939 – em grande parte, em razão de sua integração a esta última – e superior ainda à média nacional, de 5,7%. Teria contribuído para esse resultado expressivo o impulso oferecido pelo desenvolvimento do sistema de transportes que conectava a região central do estado aos mercados fluminense e paulista, por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil, e ao litoral, pela Vitória a Minas, que se ligara à zona metalúrgica em 1932, quando foi concluído o entroncamento com a ferrovia federal em Desembargador Drummond (MARSON & BELANGA, 2006, p. 5). A ligação da zona central e do Vale do Rio Doce aos centros urbanos do Nordeste e do Sudeste teve continuidade nos anos de 1930 e 1940, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura de transportes e a abertura das rodovias federais (PEREIRA, ESPINDOLA & MARTINS, 2019, p. 15-17; FISCHER, 2018).

Ainda em 1943 – posteriormente, portanto, à decisão que levaria à criação da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional – faziam-se ouvir na capital do país as vozes dos defensores do setor de indústria siderúrgica local:

Essa distribuição de pequenas unidades ainda hoje caracteriza a nossa indústria siderúrgica, sua localização estando sempre condicionada às ocorrências de minério de ferro rolado e à existência de matas próximas capazes de fornecer carvão de madeira. Fruto da experiência de vários decênios, poucos países possuem, como o nosso, uma tão rica tradição de siderurgia a carvão vegetal, que subsistirá por longo tempo ainda. Porque essa indústria não depende do estrangeiro, dispensa a resolução de problemas técnica e financeiramente onerosos, além de que as necessidades do mercado interno permitem a existência de várias usinas sem mútuos prejuízos, a isso tudo somando-se a difusão dos centros de consumo e as dificuldades dos meios de transporte (VIEIRA, 1943, p. 33).

²² Observe-se a esse respeito que, apesar das dificuldades da conjuntura internacional, a *Companhia Siderúrgica Belgo Mineira* logrou realizar investimentos na expansão de seu parque industrial já em meados da década de 1930.

²³ Segundo Barros: "A localização da usina naquele sítio foi possibilitada pela extensão do ramal de Santa Bárbara da Central do Brasil até São José da Lagoa, nas proximidades de Monlevade, que foi completada em 1935, ligando assim a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)" (BARROS, 2013, p. 20). Em 1940, a Vitória Minas estava aparelhada para transportar mensalmente, sem alteração de tráfego, 12 mil metros cúbicos de carvão de madeira para Monlevade, tendo a Belgo Mineira adquirido vastas reservas florestais no Vale do Rio Doce para garantir esse autofornecimento (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, jul. 1940, p. 70).

Qualquer iniciativa de impacto nos setores de mineração de ferro e siderúrgico, empreendida pelo governo federal, teria necessariamente de lidar com os interesses representados por esse importante conjunto de empresas.

Os acordos de Washington de 1942 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce

A ruptura política e institucional representada pela "Revolução de 1930" e o processo de reconstitucionalização que se seguiu foram acompanhados pela alteração do regime de propriedade que fora estabelecido em 1891, tendo o Código de Minas de 1934 incorporado a inovação que restabelecia a separação entre a propriedade da superfície e a propriedade do subsolo para fins de exploração ou aproveitamento industrial.²⁴ Passava-se a se considerar, desse modo, as jazidas minerais como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se localizassem, ficando sua exploração condicionada, sempre, à autorização ou à concessão federal.

Outra inovação importante foi a previsão da nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais que fossem julgadas essenciais à defesa econômica e militar do Brasil, em função do que as novas concessões e autorizações para lavra e exploração passavam a contemplar exclusivamente investidores brasileiros ou sociedades organizadas no país.²⁵ Essas mudanças colocaram um novo horizonte a qualquer pretensão de expansão das atividades da *Itabira Iron*, mesmo se ponderamos que a legislação havia preservado os direitos e propriedades dos indivíduos e pessoas jurídicas que os tivessem adquirido anteriormente à sua promulgação, como era o caso dessa empresa.

Nesse novo contexto, em maio de 1931, quando se aproximava o vencimento do prazo determinado para o início das obras de modernização das instalações da empresa em Minas Gerais, foi declarada, pelo Ministério da Viação, a caducidade do contrato da *Itabira Iron*. A matéria foi em seguida examinada por uma comissão revisora, cujo resultado terminou por confrontar os trabalhos da Comissão Nacional de Siderurgia criada por Getúlio Vargas em 1932, uma vez que o contrato da *Itabira* abarcava as atividades de mineração de ferro e a instalação de uma siderúrgica.

De sua parte – e malgrado a forte resistência existente, sobretudo em Minas Gerais – desde a época de sua constituição o grupo de investidores ligado à *Itabira Iron* se valera de contatos e de redes de influência integradas por diversos intermediários, entre homens de

²⁴ O Código de Minas foi aprovado pelo Decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, na mesma data do Código de Águas e poucos dias antes da promulgação da nova Constituição federal, em 16 do mesmo mês. Embora tivesse disposições semelhantes no que se refere ao instituto de concessão e à previsão da nacionalização, o Código de Águas não chegou a ameaçar os grandes grupos estrangeiros que atuavam no setor de eletricidade, como a *Light*, que manteve a posição dominante que então ocupava no mercado.

²⁵ As jazidas conhecidas e não lavradas, por exemplo, continuavam a pertencer ao proprietário, que passava a depender da concessão para explorá-las. Em 1937, foi estabelecido que as concessões e autorizações seriam dadas apenas a brasileiros ou empresas organizadas por acionistas brasileiros (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, jan. 1938, p. 89-106). Tais disposições foram incorporadas no novo Código de Minas, editado em 1940 (Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940).

negócios e políticos de Minas e do Rio de Janeiro, como ocorrera no caso dos empresários João Teixeira Soares e Pedro Nolasco, ligados à Estrada de Ferro Vitória a Minas. Ainda em 1910, Nolasco fora encarregado pelo *Brazilian Hematite Syndicate* da tarefa de negociar com o governador mineiro, Júlio Bueno Brandão (1908-1914), um contrato relativo à incidência do imposto estadual sobre a exportação de minério de ferro, para o qual não chegou a obter sucesso (GAULD, 2006, p. 458). No Distrito Federal, a *Itabira* conquistou o apoio do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) e de seu ministro da Viação, o engenheiro paulista formado pela Escola de Minas, José Pires do Rio, que mais tarde se tornou importante formulador da política mineral e de petróleo, presidindo a Comissão de Petróleo, órgão que deu origem ao Conselho Nacional do Petróleo, em 1939. Pires do Rio integrou também o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, criado por Vargas em 1939, e em 1945 tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia (MAYER, 2010).

No Rio, a *Itabira* buscou mobilizar o prestígio e as redes de relações associadas ao engenheiro e empresário norte-americano Frederick Stark Pearson, executivo do grupo canadense *Light*, e do próprio Percival Farquhar. Falaram em nome dos interesses da empresa no Congresso Nacional os deputados Heitor de Souza – que, mesmo residindo em Minas Gerais e atuando no *Diário de Minas*, integrava a bancada do Espírito Santo –, Francisco Cunha Machado, do Maranhão, Aristides Rocha, do Amazonas, e José Manoel Lobo, de São Paulo.

Embora os embates em torno das alternativas para a grande siderurgia brasileira tenham sido ao final favoráveis à constituição da empresa estatal,²⁶ ficando separada, definitivamente, a questão da exploração do minério de ferro, persistiram, ao longo dos anos de 1930, fortes disputas em torno da questão das minas da *Itabira Iron*.

Em 1938, o relatório preparado por Pedro Rache para o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda refutava as diversas objeções levantadas pelos opositores do contrato da *Itabira*, que haviam sido apresentadas a esse órgão pelos oficiais militares Mendonça Lima, Juarez Távora e Edmundo Macedo Soares, respondendo também a um memorial a respeito preparado pela Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas. Para o engenheiro e industrial formado na Escola de Minas, que se tornaria sócio de Percival Farquhar na *Companhia de Aços Especiais Itabira* (Acesita) (CARVALHO, 2010, p. 122-123) – cuja criação foi um dos desdobramentos da declaração de caducidade do contrato da *Itabira Iron* e da decisão de constituir-se a Companhia Vale do Rio Doce – o “caso da *Itabira*” não passava de um “negócio” que fora proposto por um grupo de investidores ao Brasil, que, naquela data, ainda não se davam por vencidos na questão.²⁷

²⁶ A criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, foi o resultado do trabalho da comissão preparatória do Plano Siderúrgico Nacional, constituída dois anos antes, que contou com a participação de técnicos brasileiros como Edmundo Macedo Soares, Plínio Cantanhede, João Batista Costa Pinho e Joaquim Lisboa, e de técnicos norte-americanos. Anteriormente a essa medida, o Conselho Federal de Comércio Exterior se manifestou pela criação de uma sociedade anônima constituída pela União e por particulares, tendo por objeto a instalação da grande siderurgia.

²⁷ A caducidade do contrato da *Itabira* foi declarada, em caráter irrevogável, pelo Decreto-lei nº 1.507, de 11 de agosto de 1939.

A Itabira ou melhor os homens da Itabira, souberam da existência de grandes e ótimas jazidas de minério de ferro em Minas Gerais. Estudaram a situação, teor e qualidade do minério e convenceram-se de sua excelência. À simples inspeção, consideraram, que, construindo uma estrada pelo vale do Rio Doce, onde estão as mais importantes jazidas, em direção do mar, podiam conseguir condições técnicas privilegiadas, e isto tornaria grandioso o negócio de exportação de minério do Brasil. Compraram então grandes propriedades mineiras no Estado de Minas e dirigiram-se ao Brasil, propondo-lhe o negócio da exportação (...): "Se o Brasil consentir nisso, instalaremos uma usina siderúrgica de grande estilo e daremos assim a base para a grande siderurgia do Brasil". (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, jul. 1938, p. 154).

Em março do mesmo ano, *O Observador Econômico e Financeiro* transcrevia a conferência proferida na Associação Comercial de Minas Gerais pelo editor Valentim Bouças, então secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças, sobre o tema da mineração de ferro. Para o empresário paulista, "a exploração em alta escala econômica dos formidáveis depósitos de Minas Gerais não pode ser feita apenas por intermédio das pequenas usinas existentes", uma vez que o Brasil e o estado necessitavam "exportar o seu minério em larga escala". Bouças considerava por esse motivo indispensável estabelecer-se a grande siderurgia, para o que reclamava "a colaboração imediata do capital estrangeiro que deseje, sem privilégios, sem monopólio de qualquer natureza, cooperar conosco na obra gigantesca da exploração das nossas reservas ferríferas, na criação da grande metalurgia e, indiretamente, na colonização do Vale do rio Doce" (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, mar. 1938, p. 97).

A despeito da áspera controvérsia suscitada pelo "caso *Itabira*", o modo como foram conduzidas no início dos anos de 1940 as negociações em torno da exploração das jazidas de minério de ferro em Minas Gerais e a opção pela criação da Companhia Vale do Rio Doce terminou por promover certa acomodação de interesses, resultado para o qual contribuiu de forma decisiva a intermediação do Ministério da Fazenda chefiado por Artur de Souza Costa e de personagens como Pedro Rache e Valentim Bouças, cujas vozes se elevavam na defesa da *Itabira Iron*. A opção adotada subordinou-se assim, em parte, à nova dinâmica internacional marcada pelo estabelecimento de uma cooperação estratégica entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e, como veremos, à garantia de evitar perdas importantes aos distintos setores empresariais envolvidos na antiga disputa.

Conforme descrito por Gerson Moura, com o desenrolar do conflito mundial os Estados Unidos passaram a se interessar mais diretamente por matérias primas estratégicas existentes na América Latina e no Brasil, temendo que a exportação desses países viesse a beneficiar o rearmamento alemão (MOURA, 2010). Em maio de 1941 foi negociado entre o *Export and Import Bank* e o governo brasileiro um contrato pelo qual ficara definida a exclusividade do fornecimento de materiais estratégicos a esse país, estabelecendo-se, como contrapartida, o compromisso de facilitar o embarque de materiais destinados à indústria brasileira. Em janeiro do ano seguinte, um mês depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, realizou-se no Rio de Janeiro, por convocação de Washington, a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, tendo por principal objetivo a aprovação de uma resolução de

rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o "Eixo", posição oficializada pelo Brasil ao final do encontro.

Nessa ocasião discutiu-se, entre os representantes dos dois países, um plano de funcionamento para a mina de Itabira e de melhoramentos ferroviários, prevendo-se a concessão de um empréstimo destinado, inicialmente, à modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil e do porto do Rio de Janeiro, tendo em vista sua preparação para o transporte de minério. A concessão do financiamento dava-se em troca da exportação brasileira de material estratégico que se tornara crucial ao esforço de guerra, especialmente borracha, manganês, tungstênio e minério de ferro (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, mar. 1943, p. 4-6; MOURA, 2010).

No mês seguinte, uma missão chefiada pelo ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, com a participação de Valentim Bouças e Israel Pinheiro,²⁸ secretário de Agricultura da interventoria Benedito Valadares em Minas Gerais, dirigiu-se aos Estados Unidos com o objetivo de negociar a entrega ao Brasil de equipamento militar e a obtenção de matérias primas industriais, entre outros temas econômicos e financeiros. Note-se, nesse arranjo, a presença não apenas do empresário que vocalizara os interesses da *Itabira Iron* mas também a de figura importante na política mineira, oriundo da própria região de atuação da companhia. Uma vez definidas as bases para a aprovação de um *Lend-Lease Act* (lei de Empréstimo e Arrendamento), ligado ao financiamento em dólares do material bélico, e admitida a presença de contingentes militares norte-americanos no Nordeste, seguiu-se a assinatura dos acordos econômicos, em 3 de março, menos de dois meses depois da conferência de chanceleres do Rio de Janeiro.²⁹ Os "acordos de Washington" incluíam assim a criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira com cooperação norte-americana, o projeto de modernização da mina de Itabira e da ferrovia Vitória a Minas – descartando-se a opção da Central do Brasil como via de exportação – e a formação de um fundo para o desenvolvimento da produção de borracha.

A modernização das instalações da *Itabira* e a criação da Companhia Vale do Rio Doce subordinavam-se ao objetivo de atender à demanda de ferro para as indústrias norte-americana e inglesa. Quanto à borracha, tratava-se de substituir as fontes originais desse fornecimento para os dois países, que haviam sido bloqueadas com o avanço japonês no Sudeste asiático. Em 1942 e 1943 foram celebrados 28 acordos com os Estados Unidos, dos quais 14 somente sobre borracha e os demais sobre produtos como aniagem, arroz, babaçu, cacau, café, castanha, cristal de rocha, ipecacuanha, além do minério de ferro, entre outros. Segundo Moura, essas medidas circunscreveram mais da metade de toda a exportação brasileira nos anos da guerra, exercendo, portanto, um papel predominante na economia do país (MOURA, 2010). Ainda em

²⁸ Israel Pinheiro da Silva era natural de Caetés, Minas Gerais, filho do político João Pinheiro da Silva, que fora presidente do estado. Formou-se em 1919 em Engenharia civil e de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, dedicando-se às atividades políticas e empresariais e ligando-se ao Partido Republicano Mineiro. Em 1933, com a nomeação de Benedito Valadares como interventor federal, tornou-se Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas (RAMOS, 2010).

²⁹ Os "acordos de Washington" foram ratificados pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942. Esse mesmo documento legal aprovou o estatuto da *Companhia Vale do Rio Doce S.A.*;

1942, no mês de julho, foi constituída sob a orientação do ministro da Fazenda a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, integrada por Valentim Bouças, Mário Moreira da Silva e José Garibaldi Dantas, que passaria a atuar junto à Comissão de Mobilização Econômica, instituída por Vargas, com a entrada do Brasil na guerra (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, mai. 1944, p. 160; CORREIO DA MANHÃ, 26/06/1942, p. 1).³⁰

Do lado americano, estiveram envolvidos na execução dos acordos, além do *Eximbank*, o *Office of Lend-Lease Administration* e a importante *Reconstruction Finance Corporation*, que fora criada pelo presidente Herbert Hoover em 1932 e a qual estavam subordinadas a *Metals Reserve Company* e a *Rubber Reserve Company*, agências que manteriam interlocução direta com a comissão brasileira (CORREIO DA MANHÃ, 5/03/1942, p. 6).

No que se refere especificamente ao caso da Itabira, os acordos de Washington estabeleceram a aquisição das jazidas pertencentes à empresa pelo governo britânico, para transferência ao governo brasileiro, livre de qualquer ônus, e, por esse motivo, o texto relativo à companhia contou com a assinatura do embaixador da Inglaterra nos Estados Unidos, Lorde Halifax. Já o governo norte-americano comprometeu-se a fornecer um empréstimo, por intermédio do *Eximbank*, no valor de 14 milhões de dólares, destinado a cobrir a encomenda do equipamento necessário ao reaparelhamento das minas de Itabira e à modernização da Estrada de Ferro Vitória a Minas e do porto de Vitória, de forma a assegurar a produção e exportação de 1,5 milhão de toneladas/ano de minério de ferro, a serem adquiridas, em partes iguais, pelos dois países estrangeiros.³¹ Em seguida, foi contratada a modernização da ferrovia com a firma de engenharia *Parsons, Klapp, Brinckerhoff & Douglas*, dos Estados Unidos.

Com base nos mesmos acordos, foi criada em 1º de junho de 1942 a Companhia Vale do Rio Doce, como sociedade anônima de economia mista, com um capital de 200 mil contos de reis, dos quais 110 mil contos em ações ordinárias subscritas pelo Tesouro Nacional e 90 mil contos em ações preferenciais subscritas também pelo Tesouro e pelos Institutos, Caixas de Previdência e Econômica Federal.

Israel Pinheiro foi nomeado superintendente da nova companhia, passando a comandar a diretoria integrada por João Punaro Bley, interventor do Espírito Santo, pelo oficial militar Júlio Caetano Horta Barbosa e por Robert K. West e C. Alin Lawrenson, como representantes do *Eximbank*, prevendo-se a permanência de diretores americanos até que se completasse o resgate do financiamento desse país.³² A nova empresa incorporava, após a indenização, a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., que fora constituída por Percival Farquhar

³⁰ A Comissão de Mobilização Econômica era chefiada por João Alberto Lins e Barros e contava com a participação de Euvaldo Lodi que, como vimos acima, tinha investimentos em siderurgia em Minas Gerais.

³¹ A Companhia Vale do Rio Doce só superou essa meta de exportação em 1952 (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 83).

³² Israel Pinheiro permaneceu no cargo até fevereiro de 1945, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD). Manteve-se próximo de Juscelino Kubitschek e presidiu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, atuando na construção de Brasília e tornando-se o primeiro prefeito dessa cidade, em 1961. Elegeu-se governador de Minas Gerais em 1965 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (RAMOS, 2010).

e empresários brasileiros quando da caducidade do contrato da *Itabira Iron*,³³ em 1939, para incorporação do acervo da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e a Companhia Itabira de Mineração, constituída para a exploração das minas.³⁴ Encerrava-se assim a controvérsia que mobilizara "o vezo de arrebatamento poético diante das riquezas naturais" do país (CORREIO DA MANHÃ, 19/06/1942, p. 4.).

A decisão de constituir a estatal de mineração logo seria apresentada, na imprensa, como associada aos sentidos de grandeza e nacionalismo manifestados pelo próprio regime, agora amplificados pelo patriotismo.

Poucos dos empreendimentos econômicos em execução neste momento no Brasil se revestem da significação do que vem sendo realizado no Vale do Rio Doce, destinado a criar um caminho de fácil escoamento para o minério de ferro de Minas Gerais, rumo à exportação e, ao mesmo tempo, de dotar o país de uma estrada de penetração de condições inigualadas até esse momento. Envolvendo uma série formidável de realizações concomitantes, o plano de recuperação econômica da bacia do Rio Doce honra não só os seus idealizadores como também os que o estão levando a cabo, em época naturalmente difícil para trabalhos deste porte, que exigem a mobilização de recursos humanos e materiais dos mais vastos e diversificados. (...) Volto maravilhado da minha viagem ao Rio Doce. Não só pelo que observei e admirei, como também pelo que deduzi e vislumbrei. Considero o vale uma das regiões mais futuras do Brasil. Sem falar na exportação de minério a riqueza regional vai tomar daqui por diante impulso sem precedentes. (...) É o despertar econômico de uma região, onde a doença vai sendo dominada e os transportes permitindo resultados compensadores (O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, jul. 1945, p. 106).³⁵

Esse novo sentido associado à Companhia e à própria região da bacia do Rio Doce se depreende da reportagem do *Observador Econômico e Financeiro*, de julho de 1945, que registrava a visita de Valentim Bouças à Itabira, ainda como integrante da comissão dos Acordos de Washington. Projetando no horizonte um futuro promissor, expresso na ideia do "despertar", o texto desprezava os impactos decorrentes das atividades siderúrgica e mineradora que já então se faziam sentir nos rios e na redução da cobertura florestal da zona central do quadrilátero ferrífero e do próprio Vale,³⁶ bem como as condições de vida e trabalho de migrantes, trabalhadores pobres e indígenas da região afetados pela presença das grandes empresas e pela concentração de terras, incluindo matas e terrenos cultiváveis, pelas mesmas.

³³ Percival Farquhar detinha 47% dessa Companhia, sendo os demais sócios Gastão de Azevedo Vilela, Oliveira Castro, Ribeiro Junqueira, Mário Tibiriçá, Amintas Jaques de Moraes e Atos de Lemos Rache.

³⁴ A Companhia Itabira de Mineração não chegou a completar sua organização. Tinha como sócios Afonso Penedo, Edmundo de Castro Lopes, José Monteiro Ribeiro, Alvaro Mendes de Oliveira, Francisco F. Pereira e os demais da *Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia*. Note-se, portanto, que tanto as jazidas como a ferrovia permaneciam, por essa época, sob o controle do grupo de investidores ligado a Percival Farquhar. Em 1946, a última iniciativa do empresário norte-americano no país foi a criação da *Companhia Aços Especiais Itabira* (Acesita), cujo controle transferiu ao Banco do Brasil em 1952.

³⁵ Nesse ponto Bouças refere-se provavelmente ao combate à malária, promovido pelo Serviço de Saúde Pública, como determinação decorrente dos Acordos de Washington de 1942.

³⁶ Para uma história econômica e ambiental do Vale do Rio Doce torna-se imprescindível a consulta aos estudos de Haruf Salmen Espindola. Ver, por exemplo: ESPINDOLA, 2011; ESPINDOLA, 2010; SPINDOLA, 2015. Ver também: FISCHER, 2018

Considerações finais

Neste artigo revisitamos os entendimentos que deram origem à Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e a controvérsia em torno das jazidas de Itabira, que os antecedeu, por meio de uma aproximação do contexto de formação de um parque siderúrgico a carvão vegetal em Minas Gerais e da chegada na região dos investidores estrangeiros, o que implicou a releitura de bibliografia secundária e a incorporação de documentação primária, sobretudo de imprensa.

Nosso objetivo foi o de destacar, nesse conjunto mais amplo de fontes, a ocorrência de negociações, acordos e compensações específicas entre os diversos atores, entendimentos esses que terminaram por definir a solução representada pela constituição da empresa estatal de economia mista, em 1942, favorecida pelo contexto marcado pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e pela aprovação dos chamados "Acordos de Washington", firmados com os Estados Unidos e a Inglaterra em março do mesmo ano.

Como esperamos ter demonstrado, a solução de Vargas, propagada por meio de uma retórica nacionalista, voltada ao progresso, e marcada por diversas *démarches*, envolveu a mobilização de antigos porta-vozes da Itabira Iron, como aqueles reunidos no Conselho Técnico de Economia e Finanças e no Ministério da Fazenda. Na dinâmica que se seguiu à decisão pela criação da empresa, promovia-se a acomodação de interesses entre empresários mineiros e os representantes externos, ao tempo em que ganhava impulso a expansão capitalista no Brasil, silenciando-se sobre os agentes locais afetados por tais decisões. Nos dois momentos analisados na investigação – a chegada dos investidores estrangeiros a Itabira, em 1909, e a entrada no Brasil no conflito mundial, com os aliados – a dinâmica internacional termina por condicionar a ação dos agentes, promovendo associações com redes de interesses fortemente enraizados no país.

Referências

BARROS, Gustavo. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: criação de empresas e evolução da capacidade produtiva. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 8, n. 14, p. 9-32, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Cria%C3%A7%C3%A3o-de-empresas-e-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-capacidade-produtiva-identificada1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BARROS, Gustavo. *O problema siderúrgico nacional na Primeira República*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7j8bc>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1992.

CORRÊA, Maria Letícia. Jornalismo econômico no Brasil: um estudo a partir da revista O Observador Econômico e Financeiro (1936-1945). In. CORRÊA, Maria Letícia; CHAVES, Monica Piccolo Almeida; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs.). *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 113-130.

CORRÊA, Maria Letícia. Propriedade e recursos naturais: águas e minas na Constituinte de 1890-1891. In. MACHADO, Marina M.; MARTINS, Mônica de S. N.; MARTINS, Wilson (Orgs.). *Propriedade em debate: modernização, recursos naturais e propriedade intelectual no Brasil*. Guarapuava/ Rio de Janeiro: Ed. UNICENTRO / Autografia, 2018, p. 55-75.

CORRÊA, Maria Letícia. Valentim Fernandes Bouças: um exemplo de intermediação para o capital estrangeiro no Brasil. In. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs.). *Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 170-196.

CORREIO DA MANHÃ. Acordos oportunos. Rio de Janeiro, 5 mar. 1942, p. 6.

CORREIO DA MANHÃ. A verdadeira política econômica aplicada aos interesses do país. Rio de Janeiro, 19 jun. 1942, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. Os acordos celebrados entre o Brasil e os Estados Unidos. Rio de Janeiro, 26 jul. 1942, p. 1.

DERBY, Orville A. The Iron Ores of Brazil [1910]. *Revista Escola de Minas, Ouro Preto*, v. 63, n. 2, p. 473-479, jul./set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0370-44672010000300008>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DIAS, Sonia. Euvaldo Lodi [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DINIZ, Clélio Campolina. A industrialização mineira após 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (Orgs.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec; ABPHE; Ed. da USP, 2002, p. 81-99.

DORNAS FILHO, João. Berço da siderurgia em Minas Gerais. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, n. 114, p. 49-57, jul. 1945.

EAKIN, Marshall Craig. *Tropical capitalism: the industrialization of Belo Horizonte*. Nova York: Palgrave, 2001.

ESPINDOLA, Haruf Salmen *et al.* Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen; ABREU, Jean Luiz Neves de (Orgs.). *Território, sociedade e modernidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010, p. 19-58. Disponível em: http://www.univale.br/central_arquivos/arquivos/territoriosociedademodernizacao_eletronico.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

ESPINDOLA, Haruf Salmen *et al.* Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais. *Anais do [...] XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, Associação Nacional de História, 2011. São Paulo, 2011, p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300218568_ARQUIVO_NadasePerdeTudoSeConsome.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: fronteira, industrialização e colapso socioambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 4, n.1, p. 160-206, jan.-jul. 2015. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FISCHER, Georg. Acelerações em escala regional: a transformação do vale do Rio Doce, ca. 1880-1980. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 445-474, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000200007>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 89, p. 133-148, jan.-mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572003-0720>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FUNDAÇÃO GORCEIX. Presidentes. Amaro Lanari. Disponível em: <https://site.gorceixonline.com.br/presidentes-da-fg>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GAULD, Charles A. *Farquhar: o último titã*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

LOWANGE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, GO, v. 20, n. 2, p. 219–245, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARSON, Michel Deliberali; BELANGA, Tatiana Pedro Colla. Indústria mineira e paulista na década de 1930: concentração com integração. *Anais do [...] XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, Cedeplar/UFMG, 2006. Cedeplar/UFMG, 2006, p. 1-24. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A071.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.

MAYER, Jorge Miguel. José Pires do Rio [verbetes]. In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de direito administrativo*. 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

MOURA, Gerson. Acordos de Washington [verbetes]. In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 10 jan. 2022.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Acordos de Washington [Notas Editoriais]. Rio de Janeiro, mar. 1943, n. 83, p. 4-6.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. A Itabira Iron One. Rio de Janeiro, jun. 1937, n. 17, p. 41-54.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Amplo inquérito sobre o problema do ferro no Brasil. Rio de Janeiro, out. 1943, n. 93, p.34-141.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Comissão para regulamentação dos Acordos de Washington. Rio de Janeiro, mai. 1944, n. 100, p. 160.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. No Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro, jul. 1945, n. 114, p. 106-109.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. O Brasil e seu minério de ferro. Rio de Janeiro, out. 1945, n. 117, p.34-70.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. O Ferro no Brasil. Rio de Janeiro, mar. 1938, n. 26, p. 73-97.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. O Petróleo no Brasil. Rio de Janeiro, jan. 1938, n. 24, p. 89-106.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. O problema do ferro no Brasil. Rio de Janeiro, jul. 1938, n. 30, p. 151-161.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. O Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro, jul. 1940, n. 48, p. 50-78.

PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). Companhia Vale do Rio Doce [verbete]. In. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970). *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-24, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/237>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RAMOS, Plínio de Abreu. Israel Pinheiro [verbete]. In. PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TRINER, Gail D. *Mining and the State in Brazilian Development*. 2a. ed. Londres: Routledge, 2016. (Perspectives in Economic and Social History, 10).

VIEIRA, Nuno. Passado e presente da mineração. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, n. 94, p. 33-50, nov. 1943.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a História fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n.14, p. 13-29, jan.-jun., 2013. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/download/2331/2063/5213>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WIRTH, John. *A política de desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1973.